



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000074996

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2300615-43.2024.8.26.0000, da Comarca de Getulina, em que é agravante BANCO DO BRASIL S/A, é agravado JULIANO APARECIDO DE SOUZA.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 37ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento em parte ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores AFONSO CELSO DA SILVA (Presidente sem voto), PEDRO KODAMA E ANA CATARINA STRAUCH.

São Paulo, 31 de janeiro de 2025.

SERGIO DA COSTA LEITE

Relator(a)

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Agravo de Instrumento nº 2300615-43.2024.8.26.0000

Agravante: BANCO DO BRIL S/A

Agravado: JULIANO APARECIDO DE SOUZA

Comarca: Getulina – Vara Única

MM. Juiz de Direito: Luis Fernando Vian

VOTO Nº 974

AGRAVO DE INSTRUMENTO. Ação de repactuação de dívidas (superendividamento). Contratos de empréstimo bancário. R. decisão que, dentre outras questões, deferiu a tutela de urgência para limitar os descontos em folha de pagamento do autor ao equivalente a 35% (trinta e cinco por cento) de seus rendimentos líquidos. Deferimento do pedido que se deu após a tentativa infrutífera de conciliação. Ação que visa a repactuação de dívidas (superendividamento), tendo o autor, contudo, a título de antecipação da tutela, pedido apenas a limitação dos descontos, nos termos da legislação vigente. Elementos que indicam a efetiva possibilidade de inobservância do limite legal vigente. Presença dos requisitos do artigo 300 do Código de Processo Civil para a antecipação da tutela pretendida. Limitação, apenas, que deve observar os limites do Decreto Estadual número 61.750, de 23/12/2015, que alterou o Decreto Estadual 60.435/2014. R. decisão parcialmente reformada. Recurso provido em parte.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo **BANCO DO BRASIL S/A**, em face da r. decisão de folhas 615/619 (dos autos originais) da ação de repactuação de dívidas ajuizada em seu desfavor e de outras instituições financeiras por **JULIANO APARECIDO DE SOUZA**, a qual, dentre outras questões, deferiu a tutela provisória de urgência para determinar que os descontos decorrentes dos empréstimos consignados diretamente da folha de pagamento do autor não superem o limite de 35% (trinta e cinco por cento) dos seus proventos líquidos, sob pena de incidência de multa de R\$ 1.000,00 para cada cobrança lançada que desobedeça aos parâmetros acima, até o limite de R\$ 5.000,00.

Inconformado, insurge-se o banco corréu arguindo, em síntese, que não ultrapassou a margem legal do autor, razão pela qual não há necessidade de limitação. Não é possível a verificação dos outros empréstimos que o contratante celebrou. O empréstimo consignado em folha de pagamento pressupõe a análise pelo empregador acerca da existência de margem consignável, não superior a 35% de seus vencimentos. Alega, outrossim, que conforme o tema 1085 do colendo Superior Tribunal de Justiça, não há limitação de 30% para os contratos de empréstimo bancário pactuados com previsão de desconto em conta corrente, ainda que utilizada para o recebimento de salário.

Foi deferido o efeito suspensivo pleiteado (folhas 41/49).

Devidamente intimado, o agravado não apresentou contraminuta (certidão de decurso de prazo de folha 52).

É o relatório.

Recurso tempestivo, encontrando-se devidamente preparado.

A irresignação manifestada comporta parcial acolhimento.

Extraí-se da narrativa dos autos que o autor-agravado JULIANO APARECIDO DE SOUZA, servidor público municipal em Getulina (motorista da saúde), firmou diversos contratos de empréstimo com diferentes instituições bancárias, dentre as quais o ora agravante BANCO DO BRASIL S/A (folhas 23/25 e 32/46 dos autos principais), sendo alguns contratos com consignação em folha de pagamento, e outros não.

O objeto da ação é a repactuação das dívidas, em razão de superendividamento.

O pleito inicial de antecipação da tutela era de depósito mensal da quantia de R\$ 1.016,22, que corresponderia a 35% da sua renda líquida mensal, suspendendo-se a exigibilidade dos demais valores devidos e vedando-se o lançamento de seu nome em cadastros desabonadores ao crédito, com base no artigo 104-A do Código de Defesa de Consumidor, cuja análise foi postergada para o momento posterior à audiência de conciliação, se infrutífera (folha 57).

Os réus foram citados e apresentaram contestação, tendo de fato restado infrutífera a audiência de tentativa de conciliação (folha 331 dos autos principais).

O autor, então, reiterou o pedido de antecipação de tutela, a requerer, agora, apenas a limitação dos descontos consignados em seu contracheque ao correspondente a 35% dos seus vencimentos líquidos (folhas 605/606).

Foi então proferida a r. decisão agravada (folhas 615/619), que contou com a seguinte conclusão:

Em face do exposto e considerando que os descontos superam o limite da margem consignável, concedo a tutela de urgência, para determinar que os descontos decorrentes dos empréstimos consignados diretamente na folha de pagamento do autor não superem o limite de 35% (trinta e cinco por cento) dos seus proventos líquidos, sendo o bruto menos os descontos legais obrigatórios (previdência e imposto de renda), acrescidos das vantagens pessoais, não incluindo atrasados, indenizações, ajudas de custo e outras verbas não incluídas na aferição de margem consignável (Decreto Estadual nº 60.435/14, art. 2º, §2º).

Para tanto, cada um dos corréus, à exceção de COOPER CARD

INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA, deverá, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da intimação, reduzir o valor da prestação equitativamente, anotando-se que, no que toca ao BANCO SANTANDER há dois contratos de empréstimos consignados em folha, de forma que o somatório dos valores não ultrapasse o limite imposto de 35%, tudo sob pena de incidência de multa de R\$1.000,00 (mil reais) para cada cobrança lançada que desobedeça aos parâmetros acima, até o limite, por ora, de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Assim, ainda que a ação vise a repactuação de dívidas, inclusive quanto aos empréstimos não consignados em folha de pagamento, o objeto do pleito antecipatório foi delimitado e devidamente observado pelo Egrégio Juízo de Origem.

Veja-se, ainda, que os documentos anexados indicam que os descontos, no período em que o executado realizava horas extra, chegavam a ultrapassar 50% de seus vencimentos.

O comprovante de pagamento de folha 23, por exemplo, indica o recebimento da quantia bruta de R\$ 5.747,88 (sem descontos legais) e líquida de R\$ 1.775,25, com descontos em decorrência de empréstimos consignados no valor de R\$ 3.972,63.

A análise da questão com maior profundidade, de todo modo, ocorrerá por ocasião do julgamento do mérito da causa, bastando por ora os fortes indícios verificados.

Justificava-se, destarte, o deferimento da tutela de urgência, posto presente a verossimilhança do direito, ou seja, há indícios de que os descontos são excessivos e não observam a legislação vigente, e há risco de dano de difícil reparação, uma vez que o autor encontrar-se-ia privado de valores de natureza alimentar, necessários à sua subsistência.

Ocorre, contudo, que o limite deve ser adequado à situação pessoal do agravado que, na condição de servidor público, se submete ao regramento do Decreto Estadual número 61.750, de 23/12/2015, que alterou o Decreto Estadual 60.435/2014, a estipular em seu parágrafo 1º:

***Artigo 1º** - A margem consignável a que se refere o item 5 do § 1º do artigo 2º do [Decreto nº 60.435, de 13 de maio de 2014](#), fica alterada de 30% (trinta por cento) para 35% (trinta e cinco por cento).*

***§ 1º** - A margem consignável a que alude o “caput” deste artigo poderá ser majorada, adicionalmente, em até 5% (cinco por cento), com exclusiva destinação ao pagamento de dívidas contraídas por meio de cartão de crédito, junto à instituição bancária.*

Também na ação principal verificar-se-ão as datas em que celebrados todos os contratos de empréstimo, ou seja, se durante ou não a vigência da mencionada legislação, sendo que por ora, diante do quadro existente, adequado que se aplique a referida limitação.

A aplicação ou não do Decreto referido pelo agravante na inicial do presente recurso também deverá ser analisada quando a discussão do mérito, adotando-se aqui a legislação mais recente acerca do assunto.

A limitação ora definida, inclusive, vem sendo observada em tais termos por este Tribunal:

*Apelação – Ação revisional de contratos bancários com pedido de tutela antecipada – Pretensão de limitação dos descontos relativos a empréstimos consignados – Sentença de parcial procedência – Insurgência exclusiva do corréu, Banco Inter S/A. Preliminar de violação ao princípio da dialeticidade recursal – Rejeitada. Pedidos de bloqueio de margem consignável e impossibilidade de se afastar a mora não conhecidos – Pedidos não submetidos ao Juízo de primeiro grau – Ausência de interesse recursal – Impossibilidade de apreciação por esta C. Câmara – Supressão de instância – Recurso não conhecido, nesta parte. **Policial militar do Estado de São Paulo – Limitação dos descontos de empréstimos consignados em folha de pagamento – Contrato de empréstimo consignado celebrado com o Banco Inter em 09/06/2021, na vigência do Decreto nº 61.750/15, devendo os descontos consignados objeto do presente feito observar o limite máximo de 35% nela previsto – Inaplicabilidade ao caso concreto da MP 2215-10/01, pois o autor não é servidor das Forças Armadas, mas policial militar estadual – Inaplicabilidade, ainda, da Lei Federal nº. 10.820/2003, eis que há legislação específica para servidor público estadual, como é o caso dos autos – Precedentes – Sentença reformada para que a limitação dos descontos seja no percentual de 35%. Pedido de expedição de ofício ao órgão pagador rejeitado – Comunicação que é de responsabilidade das instituições financeiras requeridas – Ônus que não pode ser atribuído ao juízo. Sucumbência exclusiva das requeridas mantida. Recurso parcialmente provido, na parte conhecida.***

(TJSP; Apelação Cível 1006380-31.2022.8.26.0073; Relator (a): Afonso Celso da Silva; Órgão Julgador: 37ª Câmara de Direito Privado; Foro de Avaré - 1ª Vara Cível; Data do Julgamento: 11/06/2024; Data de Registro: 11/06/2024).

*APELAÇÃO CÍVEL. "Ação declaratória de rescisão contratual cc com indenização de danos morais e materiais" (sic). Sentença de improcedência. Irresignação do autor. Descabimento. **Empréstimo consignado. Renegociação. Limitação da margem consignável a 35% dos vencimentos líquidos do autor, servidor público estadual. Descontos em folha de pagamento que não excedem o limite legal. Decreto nº 61.750/2015. Danos morais incabíveis. Precedentes desta C. 15ª Câmara de Direito Privado. Sentença mantida. Sucumbência recursal (art. 85, § 11, do CPC). RECURSO DESPROVIDO.***

(TJSP; Apelação Cível 1034818-66.2021.8.26.0602; Relator (a): Rodolfo Pellizari; Órgão Julgador: 15ª Câmara de Direito Privado; Foro de Sorocaba - 6ª Vara Cível; Data do Julgamento: 19/12/2024; Data de Registro: 19/12/2024).

Por fim, reitere-se que a r. decisão agravada não tratou acerca dos descontos dos empréstimos não consignados, ou seja, daqueles contratos cujas prestações incidem diretamente em conta corrente, razão pela qual resta prejudicada a análise acerca da inaplicabilidade ou não, por analogia, da limitação legal aos descontos em conta corrente.

De igual forma, também não se faz análise prefacial quanto à limitação das dívidas, com base no superendividamento, a respeito do qual determinou-se a instauração de processo por superendividamento (após a rejeição do plano de pagamento apresentado pelo autor), que não é objeto de irresignação recursal por parte do agravante.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ante o exposto, por meu voto, **dá-se provimento parcial ao recurso**, para que os descontos em folha de pagamento observem os limites do Decreto Estadual número 61.750, de 23/12/2015, que alterou o Decreto Estadual 60.435/2014.

SÉRGIO DA COSTA LEITE

Relator

(Assinatura Eletrônica)